

**Fancar Administradora de Consórcio
Ltda.**

CNPJ: 11.747.606/0001-01

Ponta Grossa - PR

**Demonstrações Financeiras do Semestre e
Exercício Findos em 31 de dezembro de 2023**

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras de Fancar Administradora de Consórcio Ltda., correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre e exercício findos nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio junto com as concessionárias de venda de veículos do grupo, sendo autorizadas a operar com as marcas Ford, Fiat, Volkswagen e Renault que consolidam nosso trabalho há mais de 15 anos. Atualmente possuímos 25 grupos em andamento, com 2.865 cotas ativas. No período a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 295.901,24. O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 representa R\$ 1.640.852,32.

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no período, no montante de R\$ 219.000,00.

Nos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01 de janeiro de 2022, para fins de apuração e apresentação de suas demonstrações financeiras, dentre as quais o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

A adoção do referido CPC terá impacto na apuração das receitas, mas por consequência também nos custos/despesas vinculadas a estas, cujo resultado final não foi possível de apuração pela administração da sociedade, e também não é possível afirmar quanto sua relevância ou não no resultado e patrimônio líquido.

É de conhecimento e estamos acompanhando evolução para adoção dessa nova metodologia, todavia, ainda espera-se implementações/adequações finais por parte do sistema de processamento de dados contratado pela administradora.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Ponta Grossa - PR, 27 de março de 2024.

Os Administradores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Administradores e Quotistas da
Fancar Administradora de Consórcio Ltda.
Ponta Grossa – PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fancar Administradora de Consórcio Ltda.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fancar Administradora de Consórcio Ltda.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

- Reconhecimento de Receitas – CPC 47

Nos termos da Resolução BCB nº 120/2021, a partir de 01 de janeiro de 2022, as administradoras de consórcios passam a observar novos CPC’s para fins de apuração e apresentação de suas demonstrações financeiras, dentre as quais o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

A adoção do referido CPC terá impacto na apuração das receitas, mas por consequência também nos custos/despesas vinculadas a estas, cujo resultado final não foi possível de apuração pela administração da sociedade, e também não é possível afirmar quanto sua relevância ou não no resultado e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com Ressalva.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

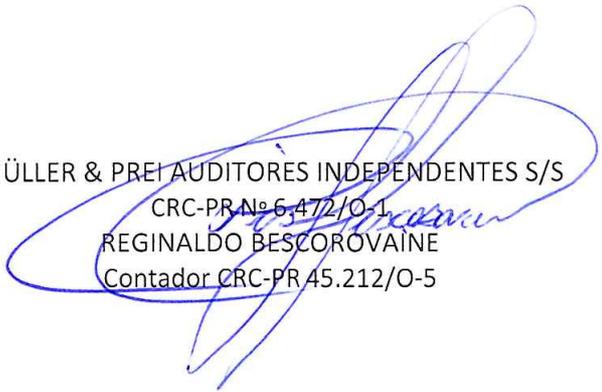
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2024.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
REGINALDO BESCOROVAINE
Contador CRC-PR 45.212/O-5

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.

Ponta Grossa - PR

Balço Patrimonial

Ativo

	Nota	Em Milhares de Reais Períodos	
		31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Circulante		<u>1.879</u>	<u>1.763</u>
Caixa e Equivalentes a Caixa	4-l-b	<u>5</u>	<u>39</u>
Instrumentos Financeiros		<u>1.782</u>	<u>1.646</u>
Carteira Própria	6	1.782	1.646
Outros Créditos		<u>92</u>	<u>78</u>
Rendas a Receber	4-l-c	17	8
Diversos	4-l-c / 7-a	74	70
Não Circulante		<u>39</u>	<u>43</u>
Imobilizado de Uso		<u>39</u>	<u>43</u>
Outras Imobilizações de Uso	4-l-e-f	97	94
(-) Depreciações Acumuladas	4-l-e-f	(58)	(51)
Total do Ativo		<u><u>1.918</u></u>	<u><u>1.806</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido

	Nota	Em Milhares de Reais Períodos	
		31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Circulante		<u>277</u>	<u>242</u>
Outras Obrigações		<u>277</u>	<u>242</u>
Fiscais e Previdenciárias	4-l-g-h	164	133
Diversas	4-l-g / 7-c	113	110
Patrimônio Líquido		<u>1.641</u>	<u>1.564</u>
Capital:			
De Domiciliados no País	10	600	450
Lucros ou Prejuízos Acumulados	9 / 10	0	0
Reservas de Lucros a Realizar	10	1.041	1.114
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>1.918</u></u>	<u><u>1.806</u></u>

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.

Ponta Grossa - PR

Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2023 e Exercício de 2022

	Em Milhares de Reais		
	Períodos		
	2º Semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Receitas da Intermediação Financeira	100	201	161
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	100	201	161
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	100	201	161
Outras Despesas/Receitas Operacionais	149	521	967
Receitas de Prestação de Serviços	1.929	3.488	2.978
Despesas de Pessoal	(530)	(981)	(913)
Outras Despesas Administrativas	(1083)	(1.684)	(840)
Despesas Tributárias	(167)	(302)	(258)
Resultado Operacional	249	722	1.128
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações	249	722	1.128
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	(232)	(426)	(355)
Lucro Líquido do Período	17	296	773
Lucro Líquido por Quota	0,03	0,49	1,72

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais		
	Períodos		
	2º Semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Lucro Líquido do Período	17	296	773
Movimentação do Período	0	0	0
Resultado Abrangente do Período	17	296	773

Fancar Administradora de Consórcios Ltda.

Ponta Grossa - PR

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros a Realizar	Total
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2022	450	720	0	1.170
1 - Lucro Líquido do Período	0	773	0	773
2 - Destinações Propostas:				
- Distribuição de Lucros	0	(379)	0	(379)
- Reservas de Lucros a Realizar	0	(1.114)	1.114	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022	450	0	1.114	1.564
1 - Lucro Líquido do Período	0	296	0	296
2 - Destinações Propostas:				
- Distribuição de Lucros	0	(219)	0	(219)
- Aumento de Capital	150	0	(150)	0
- Reservas de Lucros a Realizar	0	(77)	77	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2023	600	(0)	1.041	1.641

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.

Ponta Grossa - PR

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)

	Em Milhares de Reais		
	2º Semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Antes do IR e CS	249	722	1.128
Ajustes por:			
Depreciações	6	12	10
Resultado na Alienação e Baixa do Imobilizado	0	2	0
Resultado Ajustado	<u>255</u>	<u>736</u>	<u>1.139</u>
IR e CS Correntes Pagos	(232)	(426)	(355)
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Rendas a Receber	68	(9)	21
Adiantamentos e Antecipações Salariais	(3)	(6)	1
Devedores Diversos - País	17	2	32
Ativo Não Circulante	0	0	185
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16	32	(3)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(15)	(2)	(20)
Recursos não Procurados (Grupos de Consórcios)	0	0	(304)
Credores Diversos - País	5	5	1
Passivo Não Circulante	0	0	(185)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>111</u>	<u>332</u>	<u>510</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de Imobilizado	(6)	(10)	(6)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(6)</u>	<u>(10)</u>	<u>(6)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Distribuição de Lucros	(51)	(219)	(379)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(51)</u>	<u>(219)</u>	<u>(379)</u>
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa Equivalentes de Caixa	<u>53</u>	<u>103</u>	<u>125</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.734	1.685	1.560
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.787	1.787	1.685

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.

Ponta Grossa - PR

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios

Ativo

	Nota	Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Circulante		29.896	26.221
Caixa e Equivalentes a Caixa		65	0
Depósitos Bancários		65	0
Depósitos Bancários	4-II-a	65	0
Aplicações Financeiras		13.462	11.656
Outras		13.462	11.656
Aplicações Financeiras	4-II-b	13.462	11.656
Outros Créditos		16.369	14.565
Valores Específicos		16.369	14.565
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	4-II-c	16.369	14.565
Compensação		154.416	109.451
Consórcio		154.416	109.451
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	4-II-d	1.892	1.656
Contribuições Devidas ao Grupo	4-II-d	76.901	54.290
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-d	75.623	53.505
Total do Ativo		<u>184.312</u>	<u>135.672</u>

Passivo

	Nota	Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Circulante		29.896	26.221
Outras Obrigações		29.896	26.221
Obrigações Diversas		29.896	26.221
Obrigações com Consorciados	4-II-e	15.627	14.139
Valores a Repassar	4-II-f	9	7
Obrigações por Contemplações a Entregar	4-II-g	9.064	7.662
Obrigações com Administradora	4-II-h	1	0
Recursos a Devolver a Consorciados	4-II-i	3.001	3.061
Recursos do Grupo	4-II-j	2.194	1.352
Compensação		154.416	109.451
Consórcio		154.416	109.451
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	4-II-d	1.892	1.656
Obrigações do Grupo por Contribuições	4-II-d	76.901	54.290
Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-d	75.623	53.505
Total do Passivo		<u>184.312</u>	<u>135.672</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.

Ponta Grossa - PR

**Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades
de Grupos de Consórcios do Semestre e Exercício Findos
em 31 de Dezembro de 2023 e Exercício de 2022
e Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2023**

	Em Milhares de Reais			Valor Acumulado
	2º Semestre de 2023	Exercício de 2023	Exercício de 2022	
Disponibilidades no Início do Período	12.980	11.656	11.410	
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.993	0	3	
Aplicações Financeiras do Grupo	2.861	3.994	2.806	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	8.126	7.662	8.601	
(+) Recursos Coletados	18.693	34.192	28.987	100.642
Contribuições para Aquisição de Bens	15.749	28.521	24.280	85.770
Taxa de Administração	1.885	3.419	2.897	10.731
Contribuições ao Fundo de Reserva	128	235	200	773
Rendimentos de Aplicações Financeiras	718	1.350	1.052	2.305
Multas e Juros Moratórios	46	86	82	206
Prêmios de Seguros	50	92	92	309
Outros	117	489	384	548
(-) Recursos Utilizados	18.146	32.321	28.741	87.115
Aquisição de Bens	15.275	26.867	24.301	74.113
Taxa de Administração	1.887	3.419	2.923	10.731
Multas e Juros Moratórios	23	42	41	103
Prêmios de Seguros	48	90	98	301
Custas Judiciais	0	84	0	0
Devolução a Consorciados Desligados	478	1.009	1.066	1.069
Outros	435	810	312	798
Disponibilidades no Fim do Período	13.527	13.527	11.656	13.527
Caixa e Equivalentes a Caixa	65	65	0	65
Aplicações Financeiras do Grupo	4.263	4.263	3.994	4.263
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	9.199	9.199	7.662	9.199

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fancar Administradora de Consórcio Ltda.**CNPJ: 11.747.606/0001-01****Ponta Grossa - PR****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2023**

(Valores em R\$ Mil)

Nota 1. Informações Gerais

A sociedade tem como objetivo a administração de grupos de consórcios para entrega de bens móveis, nos termos da legislação aplicável a espécie.

Forma jurídica: Sociedade Ltda.

Sede: Avenida Monteiro Lobato, nº 600 - Jardim Carvalho, Ponta Grossa – PR.

A diretoria da Sociedade autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidada dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações.

Em 28/dez./07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/maio/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Normatizadas pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, através das Resoluções BCB nº 2/20, nº 92/21, nº 146/21 e pela Circular nº 3.958/19, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para o conjunto das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023 contemplam essas adoções e não ocasionaram impactos e/ou efeitos relevantes.

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Resolução BCB nº 156/21 e Instrução Normativa BCB nº 282/22, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos e Gestão de Riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Sociedade que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

Nota 4. Resumo dos Principais Procedimentos e Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

I - Principais Diretrizes Contábeis da Administradora

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcio que é escriturada na administradora, por ocasião do pagamento da contribuição mensal pelo consorciado.

b) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

c) Ativo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

d) Outros Valores E Bens

- Imóveis Não de Uso Próprio

Estão demonstrados ao custo de aquisição.

e) Ativo Permanente

- Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

	% Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Residual 31/dez./23	Residual 31/dez./22
- Móveis e Equipamentos de Uso	10%	17	(7)	10	5
- Sistema de Processamento de Dados	20%	80	(51)	29	38
Total		<u>97</u>	<u>(58)</u>	<u>39</u>	<u>43</u>

f) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2023, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

g) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica.

h) A Sociedade é Tributada pelo Lucro Presumido.

i) Resultado Por Quota

Calculado com base no número de quotas, conforme Contrato Social.

II - Principais Diretrizes Contábeis dos Grupos de Consórcios

a) Caixa e Equivalentes a Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

b) Aplicações Financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos remanescentes dessas aplicações após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

c) Outros Créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e, aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, e Em Atraso, como segue:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Direitos junto a consorciados contemplados	16.369	14.565
- Normais.	16.005	14.271
- Em Atraso	320	225
- Cobrança Judicial	44	69

d) Contas de Compensação Ativa/Passiva

As contas de compensação representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

e) Obrigações com Consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualização monetária.

f) Valores a Repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de taxa de administração, prêmios de seguros, e outros.

g) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos dos rendimentos financeiros desde a data de contemplação.

h) Obrigações com a Administradora

Referem-se às obrigações do grupo de consórcio com a administradora.

i) Recursos a Devolver aos Consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização.

j) Recursos dos Grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

III – Resumo das Operações de Consórcios

a) Posição das Operações de Consórcios

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
- Número de Grupos Administrados	25	25
- Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	193	184
- Quantidade de Bens Entregues no Período	499	419
- Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	1.574	1.355
- Número de Consorciados Ativos - Período	658	643
- Número de Consorciados Ativos - Total	2.865	2.636
Conсорciados Quitados	873	647
Conсорciados Não Quitados	1.992	1.989
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Período	246	287
- Número de Consorciados Desistentes/Excluídos - Total	1.356	1.264
- Taxa de Inadimplência	11,35%	13,17%

b) Taxa de Administração

A taxa média de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais:

Automóveis 12,63%

c) Taxa de Administração Futura

Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2021
- Consorciados Contemplados/Não Contemplados	<u>10.784</u>	<u>6.497</u>

Nota 5. Transações Com Partes Relacionadas

- Investimentos em Coligadas e Controladas

A sociedade não possui investimentos em coligadas e controladas.

- Partes Relacionadas

Para o período não foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Carteira Própria	1.782	1.646
- Quotas em Fundos de Aplicação Financeira	1.782	1.646

Nota 7. Composição de Saldos do Balanço Patrimonial

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
a) Ativo Circulante		
Outros Créditos		
Diversos	74	70
- Adiantamentos e Antecipações Salariais	8	2
- Devedores Diversos – País	66	68
b) Passivo Circulante		
Outras Obrigações		
Diversas	113	110
- Provisão p/Pagamentos a Efetuar	107	109
- Credores Diversos - País	6	1

Nota 8. Contingências Passivas

A administradora é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam com prognóstico de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2023, há situações que necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

Probabilidade	Tratamento Disposto na Resolução	R\$ mil
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	44

Nota 9. Distribuição de Lucros

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no período, no montante de R\$ 219 mil.

Nota 10. Capital Social/Patrimônio Líquido

Pertencente inteiramente a quotistas domiciliados no País está composto de 600.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Estão integralizadas 600.000 de quotas de capital assim distribuídas:

Sócio Quotista	Quotas	%
Nélvio Perin	540.000	90,00
Fabio Eduardo Perin	60.000	10,00
Total	600.000	100,00

Conforme deliberado na 2ª alteração e consolidação contratual de 14/dez./23, os sócios resolvem aumentar o capital social da sociedade de R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para R\$ 600 (seiscentos mil reais), através da utilização de saldo de R\$ 150 mil da conta de Reservas de Lucros a Realizar.

Controlador

A sociedade é controlada por Pessoas Físicas.

Os controladores do grupo econômico ao qual a sociedade pertence em última instância, são: Nélvio Perin e Fabio Eduardo Perin.

Em 31 de dezembro de 2023, o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado da Administradora representa R\$ 1.641.

Reservas de Lucros a Realizar

O saldo credor de lucros acumulados no período foi destinado para constituição de reservas de lucros a realizar na forma da legislação específica.

Nota 11. Contas de Compensação Ativas e Passivas - Grupos Encerrados

Conforme Resolução BCB nº 156/21, os dados sobre os recursos de grupos encerrados (Lei nº 11.795/08) que compõem as contas de compensação ativas e passivas, na Administradora, obrigatórias através da Instrução Normativa BCB nº 208/21 do Banco Central do Brasil, representam:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
a) Recursos em Cobrança Judicial		
Ativo		
- Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial	213	212
Passivo		
- Valores Pendentes de Recebimento – Controles	213	212

b) Recursos Não Procurados

Ativo

- Valores Devidos aos Consorciados – Controles	384	278
- Valores Aplicados pela Administradora - Aplicações Financeiras	384	278

Passivo

- Valores Devidos aos Consorciados	384	278
- Recursos Não Procurados	384	278
- Valores Aplicados pela Administradora – Controles	384	278

Os valores devidos aos consorciados e aplicados financeiramente pela administradora, estão demonstrados pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos líquidos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos auferidos dessas aplicações são incorporados por intermédio de rateio proporcional à participação de cada um.

Nota 12. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A sociedade tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujo contrato de seguro é efetuado em nome do grupo econômico denominado “Fancar”, aplicável em conjunto com bens onde a administradora mantém sua sede.

A sociedade realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.